

**Assunto:** RES: Tomada de Preços 10/2018

**De:** "Tratare Construtora" <contato@tratareconstrutora.com.br>

**Data:** 01/11/2018 10:56

**Para:** 'Unidade de Licitações' <licitacoes@mprs.mp.br>

Bom dia Sr Luís Antonio,

Segue em anexo ofício, com os esclarecimentos solicitados, bem como planilhas ajustadas com as devidas correções.

Fico a dispor e no aguardo de seu deferimento, pela confirmação definitiva da Tratare Construções como vencedora do certame.

Att

Neiva Eckert

(48) 3524.5175 / 99626.8296

Tratare Construções

-----Mensagem original-----

De: Unidade de Licitações [<mailto:licitacoes@mprs.mp.br>]

Enviada em: terça-feira, 30 de outubro de 2018 18:10

Para: [contato@tratareconstrutora.com.br](mailto:contato@tratareconstrutora.com.br)

Assunto: Tomada de Preços 10/2018

Prezada Sr. Neiva,

Diante da análise da proposta apresentada na licitação em destaque, solicito-lhe esclarecimentos sobre os seguintes pontos:

1. Planilha de Orçamento Resumido:

A área técnica observou que o item 15.2.38 da planilha está muito acima do previsto no orçamento base para este edital. Qual a sua justificativa para esses valores?

2. Planilha de Encargos Sociais:

Os percentuais dos grupos "B", "C" e "D" estão destoando do modelo de planilha encartado no edital. Alguns itens estão acima do estimado (B1, B2 e B7) e outros abaixo ou zerados (B3, B4, B5, B6, B8, B9, B10, C1, C2, C3, D1). Qual a sua justificativa para esses índices?

Rogo sua celeridade na resposta.

Att,

LUÍS ANTÔNIO MICHEL,

Coordenador.

DIVISÃO DE COMPRAS/PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA.

— Anexos: \_\_\_\_\_

Anexo II - Orçamento Resumido - Escola Capão Novo 2018 - TRATARE CONSTRUÇÕES - PROPOSTA CORRIGIDA - 31 OUT 2018.xls	1,4MB
RESPOSTA DILIGÊNCIA - TP102018 - TRATARE CONSTRUÇÕES.pdf	133KB

Araranguá/SC, 01/11/2018.

**À: Luis Antonio Michel**

**Coordenador da Divisão de Compras e Licitações**

**Procuradoria Geral de Justiça RS**

Ref: Esclarecimentos Planilha Orçamentária e de Encargos Sociais - TP nº 10/2018

Em resposta a solicitação de esclarecimento sobre divergência da Planilha Orçamentária e itens diversos da Planilha de Encargos Sociais com índices que destoam do modelo de referência encartado no edital, temos a esclarecer o que segue:

## **1. ESCLARECIMENTOS**

### **1.1 Da planilha do Orçamento Resumido - Item 15.2.38**

*A área técnica observou que o item 15.2.38 da planilha está muito acima do previsto no orçamento base para este edital. Qual a sua justificativa para esses valores?*

Ao analisar o item específico, constatou-se que quando da digitação do custo orçado do insumo "SUMIDOURO PRÉ-MOLDADO D=2,00M ALT TOTAL=3,50M - COMPLETO" equivocadamente, mas não intencionalmente, ao invés de registrar o valor de **R\$ 4.403,813** para o item, foi registrado **R\$ 44.038,13**, ou seja, ao transpor os custos orçados dos insumos, ao invés de arredondar o valor após vírgula para duas casas decimais, o orçamentista deslocou a vírgula, acarretando num valor bem acima do previsto para o item.

No entanto, como se constata, um equívoco não intencional e que não tinha a pretensão de majorar o preço ofertado, tão somente uma distração do orçamentista em um item apenas, dentre os aproximados 500 insumos previstos para a execução do objeto.

Para dirimir o equívoco, a ora Licitante, fará a devida correção do valor do item 15.2.38, pela manutenção do equilíbrio dos valores estimados pela Administração, passando a vigorar o valor de R\$ 5.598,84 para o item, antes de R\$ 53.534,65, resultando numa redução significativa do Valor Global proposto, como será demonstrado mais adiante.

### **1.2. Da planilha de Encargos Sociais:**

*Os percentuais dos grupos "B", "C" e "D" estão destoando do modelo de planilha encartado no edital. Alguns itens estão acima do estimado (B1, B2 e B7) e outros abaixo ou zerados (B3, B4, B5, B6, B8, B9, B10, C1, C2, C3, D1). Qual a sua justificativa para esses índices?*

Para melhor compreensão dos índices/percentuais atribuídos na tabela de Encargos Sociais apresentados, informamos que os mesmos estão em conformidade com Lei de Tributação Simplificada do Simples Nacional e os índices variáveis, de acordo com histórico próprio e dados estatísticos divulgados pelo IBGE.

#### **GRUPO A:**

Os índices atribuídos aos itens do grupo A da tabela, referente à INSS, FGTS, e RAT, encargos incidentes sobre a folha de pagamento de salários de empresas optantes pelo Simples Nacional, que desenvolvam as atividades constantes no Anexo IV, e que não são optantes pela Desoneração da Folha. Ratificando:

<b>A</b>	<b>GRUPO A - ENCARGOS BÁSICOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	
A.1	INSS	20,00%
A.2	FGTS	8,00%
A.3	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00%
A.4	SESI	0,00%
A.5	SENAI	0,00%
A.6	INCRA	0,00%
A.7	RAT - RISCO ACIDENTE DE TRABALHO	2,00%
	<b>TOTAL GRUPO "A"</b>	<b>30,00%</b>

#### **GRUPO B:**

Tabela "B" - Encargos que Recebem a Incidência da Tabela "A".

A Tabela "B" é constituída de encargos pagos diretamente ao funcionário, incluídos na folha de pagamento.

O ponto de partida para o cálculo desses encargos é a determinação do número de dias produtivos do trabalhador em um ano de 365 dias.

Para se chegar a esse número é necessário determinar o número de dias não trabalhados no ano, ou seja, de férias, descanso semanal remunerado (DSR), feriados e de faltas abonadas legalmente.

Considerando 365 dias do ano, menos 52 domingos, 25 dias de férias (veja letra "b" a seguir), e, em média, 12 dias entre feriados e dias santificados além, do feriado estadual, temos:

$$\text{Dias úteis: } 365 - (52 + 25 + 12) = 365 - 89 = 276$$

### **B.1 - Repouso Semanal Remunerado (RSR)**

O (RSR), constituído de 52 domingos anuais e 12 feriados, foi calculado da seguinte forma:

$$\text{RSR} = 52 + 12 = 64 / 276 = 0,2319 \times 100 = \mathbf{23,19\%}$$

### **B.2 - Feriados**

Para o cálculo dos feriados (7 nacionais, 1 estadual e 4 municipais), temos:

$$\text{Total de feriados no ano} = 12 = 12 / 276 = 0,0434 \times 100 = \mathbf{4,34\%}$$

### **B.3 - Férias**

As férias foram calculadas à base de 25 dias, embora o direito do empregado corresponda há 30 dias, posto que, no período de 30 dias de gozo há, em média, 4 domingos e 1 feriado intercalados.

$$\text{Férias: } 25 / 276 = 0,0905 \times 100 = 9,05\%$$

Para o cálculo do 1/3 Constitucional sobre as férias, deve ser considerado os 30 dias de férias:

$$30 / 276 = 0,1086 / 3 = 0,0362 \times 100 = 3,62\%$$

$$\text{Férias} + 1/3 \text{ constitucional} = 9,05 + 3,62\% = \mathbf{12,67\%}$$

### **B.4 - Aviso Prévio Trabalhado**

Considerando que a prática adotada pela empresa é da rescisão contratual por meio de aviso prévio indenizado e não trabalhado, para a definição do índice adotado tomou-se por base que nos últimos 12 meses, houve apenas 1 caso de rescisão com aviso prévio trabalhado, onde por opção do funcionário no 1º dia após o recebimento do aviso requisitou a saída antecipada, tendo em vista ter se colocado em outra vaga de trabalho, o que resultou na apuração do índice adotado, assim sendo: **0,12%.**

### **B.5 - B.6 - B.7 - Auxílio-Doença e Acidentes de Trabalho / Faltas Justificadas**

Em se tratando de afastamento, seja por doença ou acidente, a empresa paga os 15 primeiros dias desse afastamento e, a partir do 16º dia, o mesmo é custeado pelo INSS. Para este item nos dados estatísticos divulgados pelo IBGE há uma incidência de 35% de casos de auxílio doença e/ou acidente de trabalho. Logicamente que esse percentual pode variar em razão de campanhas desenvolvidas em cada empresa, na qual se reduzirá o número dos afastamentos, seja por doença ou por acidente de trabalho.

Com base nos registros históricos da empresa, considerando o baixo índice de casos de acidente de trabalho, e ou enfermidades, e ou faltas justificadas por questões de saúde tem-se a média de 8,93%, portanto:

$$15 \times 0,0893 = 1,34\%$$

**B.5 - Auxílio Enfermidade: 0,70%**

**B.6 - Acidente de Trabalho: 0,08%**

**B.7 - Faltas Justificadas: 0,56%**

#### **B.8 - 13º Salário**

Considerando que o valor do 13º salário corresponde a 30 dias de trabalho e, que o ano de 365 dias, tem 276 dias uteis, temos como encargo dessa verba:

$$30 / 276 = 0,1086 \times 100 = 10,86\%$$

#### **B.9 - Licença-Paternidade**

Pela legislação todo funcionário tem o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho.

Para este item utilizamos dados estatísticos do IBGE, onde em média nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Desta fora, foi adotado o seguinte cálculo:

$$5 \text{ dias de licença-paternidade} \div 30 \text{ dias/mês} = 0,17$$

$$0,17 \times 0,015 \times 100 = 0,02\%.$$

#### **B.10- Adicional Noturno**

A empresa adotam jornadas em horário comercial, de segunda a sextas-feiras, não adotando outros períodos ou intraturnos que ensejarão no encargo específico de Adicional Noturno. Tão pouco para a obra objeto da licitação em tela, haverá vigias noturnos. Portanto não considerada a incidência deste encargo.

Portanto, ratificando o que já fora informado anteriormente, os índices apresentados no Grupo B estão coerentes e refletem a realidade dos encargos incidentes, que em resumo temos:

<b>B</b>	<b>GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>	
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	23,19%
B.2	FERIADOS	4,34%
B.3	FÉRIAS	12,67%
B.4	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12%
B.5	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,70%
B.6	ACIDENTES DE TRABALHO	0,08%
B.7	FALTAS JUSTIFICADAS	0,56%

B.8	13º SALÁRIO	10,86%
B.9	LICENÇA-PATERNIDADE	0,02%
B.10	ADICIONAL NOTURNO	0,00%
	<b>TOTAL GRUPO "B"</b>	<b>52,54%</b>

## GRUPO C:

### C.1 - Aviso Prévio Indenizado

Considerando em média a rotatividade de funcionários de 1 (um) ano e Aviso Prévio Indenizado, temos o seguinte:

$$30 \text{ dias} / 276 = 0,1086 \times 100 = \mathbf{10,86\%}$$

### C.2 - Indenização por dispensa sem justa causa

Assumimos que a empresa pague um valor mensal referente ao depósito por dispensa sem justa causa igual a 40% do recolhimento do FGTS do mês, o percentual a ser considerado:

Incidência do FGTS sobre a Tabela "B"

$$40\% \text{ (Multa)} \times (8\% \times 63,84\% + 8\%)$$

$$0,4 \times (0,08 \times 0,6384 + 0,08) = 0,0524$$

$$0,4 \times 0,0524 \times 100 = \mathbf{2,10\%}$$

### C.3 - Contribuição Social

Não incide, empresa optante pelo Simples Nacional - Atividades do Anexo IV.

Em resumo e ratificando os índices apresentados do Grupo C, temos:

<b>C</b>	<b>GRUPO C - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>	
C.1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	10,86%
C.2	INDENIZAÇÃO - DISPENSA S/ JUSTA CAUSA	2,10%
C.3	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00%
	<b>TOTAL GRUPO "C"</b>	<b>12,96%</b>

## GRUPO D:

### D.1 - Incidência de encargos de "A" sobre "B"

Neste item, a fórmula para o cálculo do índice informado de 3,41% esta equivocada, o que requer correção, adotando-se a seguinte fórmula:

Grupo A x Grupo B = Grupo D

$$0,30 \times 0,5254 = 0,1576 \times 100 = \mathbf{15,76\%}$$

Neste caso, devidamente corrigida, a tabela do Grupo D, passa a ter seguinte informação:

D	GRUPO D - INCIDÊNCIA DE ENCARGOS	
D.1	INCIDÊNCIA "A" SOBRE "B"	15,76%
	<b>TOTAL GRUPO "D"</b>	<b>15,76%</b>

#### GRUPO E:

Os índices apresentados, ainda que não apontados e esclarecimentos solicitados, para o entendimento geral, os percentuais adotados se baseiam no histórico da empresa considerando os custos médios por colaborador com EPIs, Auxílio Educação conforme Convenção Coletiva da Categoria e Vale Transporte com incidência mínima, tendo em vista que na grande maioria dos casos, a própria empresa leva e trás seus funcionários em veículo próprio ou fretado, portanto os índices adotados estão coerentes. Em resumo:

E	GRUPO E -ENCARGOS INTERSINDICAIS E VALES-TRANSPORTE	
E.1	EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	2,57%
E.2	AUXÍLIO-EDUCAÇÃO	1,51%
E.3	VALE-TRANSPORTE	3,68%
	<b>TOTAL GRUPO "D"</b>	<b>7,76%</b>

#### TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS

Procedida às devidas correções, no caso em tela, do item **D.1 - Incidência de encargos de "A" sobre "B"**, o percentual total de encargospassa a representar **119,02%**,de acordo com a tabela resumida abaixo:

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS - FOLHA NÃO DESONERADA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL - ANEXO IV		
ITEM	COMPOSIÇÃO	
<b>A</b>	<b>GRUPO A - ENCARGOS BÁSICOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	
A.1	INSS	20,00%
A.2	FGTS	8,00%
A.3	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00%
A.4	SESI	0,00%



A.5	SENAI	0,00%
A.6	INCRA	0,00%
A.7	RAT - RISCO ACIDENTE DE TRABALHO	2,00%
	<b>TOTAL GRUPO "A"</b>	<b>30,00%</b>
<b>B</b>	<b>GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>	
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	23,19%
B.2	FERIADOS	4,34%
B.3	FÉRIAS	12,67%
B.4	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12%
B.5	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,70%
B.6	ACIDENTES DE TRABALHO	0,08%
B.7	FALTAS JUSTIFICADAS	0,56%
B.8	13º SALÁRIO	10,86%
B.9	LICENÇA-PATERNIDADE	0,02%
B.10	ADICIONAL NOTURNO	0,00%
	<b>TOTAL GRUPO "B"</b>	<b>52,54%</b>
<b>C</b>	<b>GRUPO C - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>	
C.1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	10,86%
C.2	INDENIZAÇÃO - DISPENSA S/ JUSTA CAUSA	2,10%
C.3	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00%
	<b>TOTAL GRUPO "C"</b>	<b>12,96%</b>
<b>D</b>	<b>GRUPO D - INCIDÊNCIA DE ENCARGOS</b>	
D.1	INCIDÊNCIA "A" SOBRE "B"	15,76%
	<b>TOTAL GRUPO "D"</b>	<b>15,76%</b>
	<b>SUBTOTAL A+B+C+D</b>	<b>111,26%</b>
<b>E</b>	<b>GRUPO E -ENCARGOS INTERSINDICAIS E VALES-TRANSPORTE</b>	
E.1	EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	2,57%
E.2	AUXÍLIO-EDUCAÇÃO	1,51%
E.3	VALE-TRANSPORTE	3,68%
	<b>TOTAL GRUPO "D"</b>	<b>7,76%</b>
	<b>TOTAL GERAL A+B+C+D+E</b>	<b>119,02%</b>

## 2. VALOR GLOBAL

Com o procedimento das correções devidas, do item 15.2.38 do orçamento e do índice de Encargos Sociais incidente sobre a mão de obra, item D.1, altera-se o valor global proposto para R\$592.459,28, uma redução de mais R\$ 36.946,54 do valor originalmente proposto, antes de R\$ 629.405,82, conforme detalhado em Planilha de Orçamento Resumido em anexo, juntamente com a planilha de custos unitários e composições.

Logo os valores propostos para materiais e mão de obra também sofreram alterações, como segue:

Valor Proposto Corrigido: R\$ 592.459,28

Total Material: R\$ 356.753,79

Total Mão de Obra: R\$ 235.705,49

### **3. CONSIDERAÇÕES**

Para corroborar o nosso entendimento, na possibilidade de corrigirmos os itens indicados, sem que enseje em desqualificação da ora Licitante, trazemos alguns entendimentos já passíveis no meio jurídico e dos órgãos de controle de contas públicas.

Como regra, o Tribunal de Contas da União compreende possível permitir que a empresa ofertante da melhor proposta possa corrigir a planilha apresentada durante o certame. No entanto, essa possibilidade não pode resultar em aumento do valor total já registrado que serviu de parâmetro comparativo entre os participantes.

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).

Recentemente, ao analisar hipótese semelhante, o TCU indicou ser dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta e reafirmou a impossibilidade de o licitante majorar o valor inicialmente proposto:

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

A planilha de custos funciona como parâmetro para que a Administração efetue uma contratação segura e exequível. Também é necessária para se evitar problemas durante a execução dos contratos e facilitar a análise da Administração Pública quando da ocorrência das alterações contratuais, a exemplo do que ocorre no reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

Todavia, é pacífica na jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a planilha de custos e formação de preços possui caráter acessório, subsidiário, numa licitação em que o critério de avaliação das propostas é o de menor valor global.

Por sua vez, preconiza o § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, que é possível que a comissão de licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promova diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada,

contudo, a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Isso posto, tendo em vista que as correções necessárias ao ajuste dos itens apontados não acarretou em majoração do preço ofertado, revertendo inclusive em vantagens ainda maiores para a administração, com a redução do preço originalmente proposto na ordem de R\$ 36.946,54, sem prejuízo aos demais licitantes ou a lisura do processo, uma vez que a proposta ofertada originalmente já era a proposta de melhor preço ofertado entre as participantes.

Atenciosamente,



Neiva Teresinha Eckert  
CPF: 520.80.310-00  
Proprietária/Administradora  
Tratare Construções EIRELI  
CPNJ: 13.463.036/0001-53

Araranguá/SC, 01/11/2018.

**À: Luis Antonio Michel**

**Coordenador da Divisão de Compras e Licitações**

**Procuradoria Geral de Justiça RS**

Ref: Esclarecimentos Planilha Orçamentária e de Encargos Sociais - TP nº 10/2018

Em resposta a solicitação de esclarecimento sobre divergência da Planilha Orçamentária e itens diversos da Planilha de Encargos Sociais com índices que destoam do modelo de referência encartado no edital, temos a esclarecer o que segue:

## **1. ESCLARECIMENTOS**

### **1.1 Da planilha do Orçamento Resumido - Item 15.2.38**

*A área técnica observou que o item 15.2.38 da planilha está muito acima do previsto no orçamento base para este edital. Qual a sua justificativa para esses valores?*

Ao analisar o item específico, constatou-se que quando da digitação do custo orçado do insumo "SUMIDOURO PRÉ-MOLDADO D=2,00M ALT TOTAL=3,50M - COMPLETO" equivocadamente, mas não intencionalmente, ao invés de registrar o valor de **R\$ 4.403,813** para o item, foi registrado **R\$ 44.038,13**, ou seja, ao transpor os custos orçados dos insumos, ao invés de arredondar o valor após vírgula para duas casas decimais, o orçamentista deslocou a vírgula, acarretando num valor bem acima do previsto para o item.

No entanto, como se constata, um equívoco não intencional e que não tinha a pretensão de majorar o preço ofertado, tão somente uma distração do orçamentista em um item apenas, dentre os aproximados 500 insumos previstos para a execução do objeto.

Para dirimir o equívoco, a ora Licitante, fará a devida correção do valor do item 15.2.38, pela manutenção do equilíbrio dos valores estimados pela Administração, passando a vigorar o valor de R\$ 5.598,84 para o item, antes de R\$ 53.534,65, resultando numa redução significativa do Valor Global proposto, como será demonstrado mais adiante.

### **1.2. Da planilha de Encargos Sociais:**

*Os percentuais dos grupos "B", "C" e "D" estão destoando do modelo de planilha encartado no edital. Alguns itens estão acima do estimado (B1, B2 e B7) e outros abaixo ou zerados (B3, B4, B5, B6, B8, B9, B10, C1, C2, C3, D1). Qual a sua justificativa para esses índices?*

Para melhor compreensão dos índices/percentuais atribuídos na tabela de Encargos Sociais apresentados, informamos que os mesmos estão em conformidade com Lei de Tributação Simplificada do Simples Nacional e os índices variáveis, de acordo com histórico próprio e dados estatísticos divulgados pelo IBGE.

#### **GRUPO A:**

Os índices atribuídos aos itens do grupo A da tabela, referente à INSS, FGTS, e RAT, encargos incidentes sobre a folha de pagamento de salários de empresas optantes pelo Simples Nacional, que desenvolvam as atividades constantes no Anexo IV, e que não são optantes pela Desoneração da Folha. Ratificando:

<b>A</b>	<b>GRUPO A - ENCARGOS BÁSICOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	
A.1	INSS	20,00%
A.2	FGTS	8,00%
A.3	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00%
A.4	SESI	0,00%
A.5	SENAI	0,00%
A.6	INCRA	0,00%
A.7	RAT - RISCO ACIDENTE DE TRABALHO	2,00%
	<b>TOTAL GRUPO "A"</b>	<b>30,00%</b>

#### **GRUPO B:**

Tabela "B" - Encargos que Recebem a Incidência da Tabela "A".

A Tabela "B" é constituída de encargos pagos diretamente ao funcionário, incluídos na folha de pagamento.

O ponto de partida para o cálculo desses encargos é a determinação do número de dias produtivos do trabalhador em um ano de 365 dias.

Para se chegar a esse número é necessário determinar o número de dias não trabalhados no ano, ou seja, de férias, descanso semanal remunerado (DSR), feriados e de faltas abonadas legalmente.

Considerando 365 dias do ano, menos 52 domingos, 25 dias de férias (veja letra "b" a seguir), e, em média, 12 dias entre feriados e dias santificados além, do feriado estadual, temos:

$$\text{Dias úteis: } 365 - (52 + 25 + 12) = 365 - 89 = 276$$

### **B.1 - Repouso Semanal Remunerado (RSR)**

O (RSR), constituído de 52 domingos anuais e 12 feriados, foi calculado da seguinte forma:

$$\text{RSR} = 52 + 12 = 64 / 276 = 0,2319 \times 100 = \mathbf{23,19\%}$$

### **B.2 - Feriados**

Para o cálculo dos feriados (7 nacionais, 1 estadual e 4 municipais), temos:

$$\text{Total de feriados no ano} = 12 = 12 / 276 = 0,0434 \times 100 = \mathbf{4,34\%}$$

### **B.3 - Férias**

As férias foram calculadas à base de 25 dias, embora o direito do empregado corresponda há 30 dias, posto que, no período de 30 dias de gozo há, em média, 4 domingos e 1 feriado intercalados.

$$\text{Férias: } 25 / 276 = 0,0905 \times 100 = 9,05\%$$

Para o cálculo do 1/3 Constitucional sobre as férias, deve ser considerado os 30 dias de férias:

$$30 / 276 = 0,1086 / 3 = 0,0362 \times 100 = 3,62\%$$

$$\text{Férias} + 1/3 \text{ constitucional} = 9,05 + 3,62\% = \mathbf{12,67\%}$$

### **B.4 - Aviso Prévio Trabalhado**

Considerando que a prática adotada pela empresa é da rescisão contratual por meio de aviso prévio indenizado e não trabalhado, para a definição do índice adotado tomou-se por base que nos últimos 12 meses, houve apenas 1 caso de rescisão com aviso prévio trabalhado, onde por opção do funcionário no 1º dia após o recebimento do aviso requisitou a saída antecipada, tendo em vista ter se colocado em outra vaga de trabalho, o que resultou na apuração do índice adotado, assim sendo: **0,12%.**

### **B.5 - B.6 - B.7 - Auxílio-Doença e Acidentes de Trabalho / Faltas Justificadas**

Em se tratando de afastamento, seja por doença ou acidente, a empresa paga os 15 primeiros dias desse afastamento e, a partir do 16º dia, o mesmo é custeado pelo INSS. Para este item nos dados estatísticos divulgados pelo IBGE há uma incidência de 35% de casos de auxílio doença e/ou acidente de trabalho. Logicamente que esse percentual pode variar em razão de campanhas desenvolvidas em cada empresa, na qual se reduzirá o número dos afastamentos, seja por doença ou por acidente de trabalho.

Com base nos registros históricos da empresa, considerando o baixo índice de casos de acidente de trabalho, e ou enfermidades, e ou faltas justificadas por questões de saúde tem-se a média de 8,93%, portanto:

$$15 \times 0,0893 = 1,34\%$$

**B.5 - Auxílio Enfermidade: 0,70%**

**B.6 - Acidente de Trabalho: 0,08%**

**B.7 - Faltas Justificadas: 0,56%**

#### **B.8 - 13º Salário**

Considerando que o valor do 13º salário corresponde a 30 dias de trabalho e, que o ano de 365 dias, tem 276 dias uteis, temos como encargo dessa verba:

$$30 / 276 = 0,1086 \times 100 = 10,86\%$$

#### **B.9 - Licença-Paternidade**

Pela legislação todo funcionário tem o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho.

Para este item utilizamos dados estatísticos do IBGE, onde em média nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Desta forma, foi adotado o seguinte cálculo:

$$5 \text{ dias de licença-paternidade} \div 30 \text{ dias/mês} = 0,17$$

$$0,17 \times 0,015 \times 100 = 0,02\%$$

#### **B.10- Adicional Noturno**

A empresa adotam jornadas em horário comercial, de segunda a sextas-feiras, não adotando outros períodos ou intraturnos que ensejarão no encargo específico de Adicional Noturno. Tão pouco para a obra objeto da licitação em tela, haverá vigias noturnos. Portanto não considerada a incidência deste encargo.

Portanto, ratificando o que já fora informado anteriormente, os índices apresentados no Grupo B estão coerentes e refletem a realidade dos encargos incidentes, que em resumo temos:

<b>B</b>	<b>GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>	
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	23,19%
B.2	FERIADOS	4,34%
B.3	FÉRIAS	12,67%
B.4	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12%
B.5	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,70%
B.6	ACIDENTES DE TRABALHO	0,08%
B.7	FALTAS JUSTIFICADAS	0,56%

B.8	13º SALÁRIO	10,86%
B.9	LICENÇA-PATERNIDADE	0,02%
B.10	ADICIONAL NOTURNO	0,00%
	<b>TOTAL GRUPO "B"</b>	<b>52,54%</b>

## GRUPO C:

### C.1 - Aviso Prévio Indenizado

Considerando em média a rotatividade de funcionários de 1 (um) ano e Aviso Prévio Indenizado, temos o seguinte:

$$30 \text{ dias} / 276 = 0,1086 \times 100 = \mathbf{10,86\%}$$

### C.2 - Indenização por dispensa sem justa causa

Assumimos que a empresa pague um valor mensal referente ao depósito por dispensa sem justa causa igual a 40% do recolhimento do FGTS do mês, o percentual a ser considerado:

Incidência do FGTS sobre a Tabela "B"

$$40\% \text{ (Multa)} \times (8\% \times 63,84\% + 8\%)$$

$$0,4 \times (0,08 \times 0,6384 + 0,08) = 0,0524$$

$$0,4 \times 0,0524 \times 100 = \mathbf{2,10\%}$$

### C.3 - Contribuição Social

Não incide, empresa optante pelo Simples Nacional - Atividades do Anexo IV.

Em resumo e ratificando os índices apresentados do Grupo C, temos:

<b>C</b>	<b>GRUPO C - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>	
C.1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	10,86%
C.2	INDENIZAÇÃO - DISPENSA S/ JUSTA CAUSA	2,10%
C.3	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00%
	<b>TOTAL GRUPO "C"</b>	<b>12,96%</b>

## GRUPO D:

### D.1 - Incidência de encargos de "A" sobre "B"



Neste item, a fórmula para o cálculo do índice informado de 3,41% esta equivocada, o que requer correção, adotando-se a seguinte fórmula:

Grupo A x Grupo B = Grupo D

$$0,30 \times 0,5254 = 0,1576 \times 100 = \mathbf{15,76\%}$$

Neste caso, devidamente corrigida, a tabela do Grupo D, passa a ter seguinte informação:

D	GRUPO D - INCIDÊNCIA DE ENCARGOS	
D.1	INCIDÊNCIA "A" SOBRE "B"	15,76%
	<b>TOTAL GRUPO "D"</b>	<b>15,76%</b>

#### GRUPO E:

Os índices apresentados, ainda que não apontados e esclarecimentos solicitados, para o entendimento geral, os percentuais adotados se baseiam no histórico da empresa considerando os custos médios por colaborador com EPIs, Auxílio Educação conforme Convenção Coletiva da Categoria e Vale Transporte com incidência mínima, tendo em vista que na grande maioria dos casos, a própria empresa leva e trás seus funcionários em veículo próprio ou fretado, portanto os índices adotados estão coerentes. Em resumo:

E	GRUPO E -ENCARGOS INTERSINDICAIS E VALES-TRANSPORTE	
E.1	EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	2,57%
E.2	AUXÍLIO-EDUCAÇÃO	1,51%
E.3	VALE-TRANSPORTE	3,68%
	<b>TOTAL GRUPO "D"</b>	<b>7,76%</b>

#### TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS

Procedida às devidas correções, no caso em tela, do item **D.1 - Incidência de encargos de "A" sobre "B"**, o percentual total de encargospassa a representar **119,02%**,de acordo com a tabela resumida abaixo:

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS - FOLHA NÃO DESONERADA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL - ANEXO IV		
ITEM	COMPOSIÇÃO	
<b>A</b>	<b>GRUPO A - ENCARGOS BÁSICOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	
A.1	INSS	20,00%
A.2	FGTS	8,00%
A.3	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00%
A.4	SESI	0,00%

A.5	SENAI	0,00%
A.6	INCRA	0,00%
A.7	RAT - RISCO ACIDENTE DE TRABALHO	2,00%
	<b>TOTAL GRUPO "A"</b>	<b>30,00%</b>
<b>B</b>	<b>GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>	
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	23,19%
B.2	FERIADOS	4,34%
B.3	FÉRIAS	12,67%
B.4	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12%
B.5	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,70%
B.6	ACIDENTES DE TRABALHO	0,08%
B.7	FALTAS JUSTIFICADAS	0,56%
B.8	13º SALÁRIO	10,86%
B.9	LICENÇA-PATERNIDADE	0,02%
B.10	ADICIONAL NOTURNO	0,00%
	<b>TOTAL GRUPO "B"</b>	<b>52,54%</b>
<b>C</b>	<b>GRUPO C - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>	
C.1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	10,86%
C.2	INDENIZAÇÃO - DISPENSA S/ JUSTA CAUSA	2,10%
C.3	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00%
	<b>TOTAL GRUPO "C"</b>	<b>12,96%</b>
<b>D</b>	<b>GRUPO D - INCIDÊNCIA DE ENCARGOS</b>	
D.1	INCIDÊNCIA "A" SOBRE "B"	15,76%
	<b>TOTAL GRUPO "D"</b>	<b>15,76%</b>
	<b>SUBTOTAL A+B+C+D</b>	<b>111,26%</b>
<b>E</b>	<b>GRUPO E -ENCARGOS INTERSINDICAIS E VALES-TRANSPORTE</b>	
E.1	EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	2,57%
E.2	AUXÍLIO-EDUCAÇÃO	1,51%
E.3	VALE-TRANSPORTE	3,68%
	<b>TOTAL GRUPO "D"</b>	<b>7,76%</b>
	<b>TOTAL GERAL A+B+C+D+E</b>	<b>119,02%</b>

## 2. VALOR GLOBAL

Com o procedimento das correções devidas, do item 15.2.38 do orçamento e do índice de Encargos Sociais incidente sobre a mão de obra, item D.1, altera-se o valor global proposto para R\$592.459,28, uma redução de mais R\$ 36.946,54 do valor originalmente proposto, antes de R\$ 629.405,82, conforme detalhado em Planilha de Orçamento Resumido em anexo, juntamente com a planilha de custos unitários e composições.

Logo os valores propostos para materiais e mão de obra também sofreram alterações, como segue:

Valor Proposto Corrigido: R\$ 592.459,28

Total Material: R\$ 356.753,79

Total Mão de Obra: R\$ 235.705,49

### **3. CONSIDERAÇÕES**

Para corroborar o nosso entendimento, na possibilidade de corrigirmos os itens indicados, sem que enseje em desqualificação da ora Licitante, trazemos alguns entendimentos já passíveis no meio jurídico e dos órgãos de controle de contas públicas.

Como regra, o Tribunal de Contas da União compreende possível permitir que a empresa ofertante da melhor proposta possa corrigir a planilha apresentada durante o certame. No entanto, essa possibilidade não pode resultar em aumento do valor total já registrado que serviu de parâmetro comparativo entre os participantes.

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).

Recentemente, ao analisar hipótese semelhante, o TCU indicou ser dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta e reafirmou a impossibilidade de o licitante majorar o valor inicialmente proposto:

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

A planilha de custos funciona como parâmetro para que a Administração efetue uma contratação segura e exequível. Também é necessária para se evitar problemas durante a execução dos contratos e facilitar a análise da Administração Pública quando da ocorrência das alterações contratuais, a exemplo do que ocorre no reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

Todavia, é pacífica na jurisprudência do Tribunal de Contas da União que a planilha de custos e formação de preços possui caráter acessório, subsidiário, numa licitação em que o critério de avaliação das propostas é o de menor valor global.

Por sua vez, preconiza o § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, que é possível que a comissão de licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promova diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada,

contudo, a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Isso posto, tendo em vista que as correções necessárias ao ajuste dos itens apontados não acarretou em majoração do preço ofertado, revertendo inclusive em vantagens ainda maiores para a administração, com a redução do preço originalmente proposto na ordem de R\$ 36.946,54, sem prejuízo aos demais licitantes ou a lisura do processo, uma vez que a proposta ofertada originalmente já era a proposta de melhor preço ofertado entre as participantes.

Atenciosamente,



Neiva Teresinha Eckert  
CPF: 520.80.310-00  
Proprietária/Administradora  
Tratare Construções EIRELI  
CPNJ: 13.463.036/0001-53

**CARTA PROPOSTA**  
**TOMADA DE PREÇOS N.º 10/2018**  
**PGEA N.º 00677.000.385/2018**

Proponente: TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELI  
CNPJ: 13.463.036/0001-53

Apresentamos proposta de preços para construção de prédio na Escola Estadual Capão Novo, com área total de 177,03m², localizada no Município de Capão da Canoa/RS, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramental, equipamentos e, todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, nos termos indicados no edital e seus anexos.

**1. Valor global proposto: R\$ 592.459,28** (quinhentos e noventa e dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos), sendo que deste valor, R\$ 235.705,49 refere-se à Mão de Obra e R\$ 356.753,79 à Materiais.

**2. Validade da Proposta:** a proposta vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para a entrega dos envelopes desta Tomada de Preços.

**3. Responsável pela assinatura do contrato:** Neiva Teresinha Eckert, Brasileira, Solteira, Empresária e Administradora, CPF: 520.803.310-00, Cédula de Identidade: 1047185093, residente na Rua Genésio Ronconi, nº 34, Bairro Coloninha, Cidade de Araranguá/SC, CEP: 88905-526.

**4. Registro e ou Visto CREA/RS:** a empresa Tratare Construções Eireli encontra-se devidamente registrada junto ao CREA/RS sob nº 207964, bem como seu Responsável Técnico o Eng. Civil Rodrigo Martins Walnier, possui visto para atuar no RS sob nº SC1129961.

**5. Prazo de execução dos serviços:** 07 (sete) meses;

Anexos: Orçamento resumido, Cronograma, Tabela BDI e de Encargos Sociais.

Araranguá/SC, 01 de Outubro de 2018.



Representante Legal/Administradora  
Neiva Teresinha Eckert  
CI: 1047185093SJSIGP/RS  
CPF: 520.803.310-00  
Tratare Construções Eireli  
CNPJ: 13.463.036/0001-53